

CARTA ABERTA AOS CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Pela sustentabilidade da diálise, pelo financiamento adequado do SUS e pela garantia do tratamento renal

A Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante (ABCDT), entidade que representa os serviços de diálise de todo o país; a Sociedade Brasileira de Nefrologia (SBN); e a Federação Nacional dos Pacientes Renais e Transplantados do Brasil (Fenapar) vêm a público solicitar aos candidatos à Presidência da República que assumam compromissos concretos com o financiamento sustentável do Sistema Único de Saúde (SUS) e com a continuidade da terapia renal substitutiva no Brasil.

Hoje, mais de 170 mil brasileiros dependem de terapia renal substitutiva para sobreviver. Aproximadamente 85% desses pacientes são atendidos pelo SUS. São milhares de pessoas que precisam realizar diálise, em muitos casos, três vezes por semana, durante todo o ano. Para elas, não existe a possibilidade de adiar, interromper ou substituir o tratamento por falta de recursos, estrutura ou profissionais.

A diálise não é uma escolha. É um tratamento essencial à vida. Por isso, a sustentabilidade da rede de atendimento precisa estar acima dos ciclos políticos e eleitorais e ser tratada como prioridade permanente de Estado.

Em 2026, o setor recebeu um reajuste de 4,4% na tabela do SUS, complementado por um mecanismo de crédito financeiro correspondente a 10,16%, resultando em um incremento próximo de 15% para os serviços contemplados. Esse complemento representou um avanço importante para a manutenção da assistência, mas também evidenciou que a remuneração da diálise precisa de uma política permanente, previsível e sustentável, que não dependa exclusivamente da existência ou da continuidade de um programa específico.

Permanece uma diferença significativa entre o custo efetivo da assistência e a remuneração recebida pelos serviços que atendem pacientes do SUS.

Quando essa defasagem se prolonga, o impacto não é apenas financeiro para as clínicas: torna-se um risco para toda a rede de assistência e, principalmente, para os pacientes.

Sem financiamento adequado, torna-se mais difícil manter equipes qualificadas, equipamentos, insumos, estrutura física e padrões de segurança e qualidade. Também se reduz a capacidade de abrir novos serviços em regiões onde a demanda cresce. O resultado pode ser o aumento das filas, a necessidade de deslocamentos cada vez maiores e a redução da oferta de tratamento, justamente para uma população que não pode esperar.

A sustentabilidade da diálise, porém, não se resolve isoladamente. Exige financiamento público adequado e previsível para a saúde, participação efetiva dos Estados e Municípios no custeio do SUS, uso racional dos recursos orçamentários e medidas que reduzam custos tributários e fortaleçam a capacidade produtiva nacional de insumos e equipamentos médico-hospitalares.

O Brasil não pode permitir que um paciente renal deixe de ter acesso à diálise porque não há uma clínica próxima, porque uma unidade deixou de funcionar ou porque o financiamento público não acompanha o custo real do tratamento. É preciso estabelecer uma política de Estado capaz de preservar a rede existente, estimular sua expansão onde houver necessidade e assegurar que nenhum paciente seja privado do tratamento de que depende para viver.

Diante desse cenário, ABCDT, SBN e Fenapar solicitam aos candidatos à Presidência da República que assumam publicamente os seguintes compromissos:

1. Garantir o cumprimento do mínimo constitucional destinado ao orçamento federal da saúde, com previsibilidade e suficiência de recursos para assegurar o funcionamento do SUS e a continuidade dos tratamentos essenciais.

2. Fortalecer o cofinanciamento do SUS por Estados e Municípios, com participação adequada e regular dos entes federativos no custeio dos serviços, de modo a reduzir desigualdades regionais e dar sustentabilidade à rede assistencial.
3. Corrigir a tabela SUS para a diálise, estabelecendo uma política permanente de atualização da remuneração, compatível com os custos reais da assistência e com a evolução dos preços de pessoal, insumos, equipamentos e demais despesas operacionais.
4. Assegurar a cessão e a utilização de créditos tributários que permitam desonerar a diálise peritoneal da bitributação, reduzindo custos que oneram a prestação do tratamento e ampliam a pressão sobre o financiamento da assistência.
5. Racionalizar a aplicação das emendas parlamentares, priorizando sua integração aos programas e às políticas públicas governamentais, com planejamento, critérios técnicos, transparência e avaliação de resultados, em vez de destinações fragmentadas ou orientadas por interesses eleitorais. Os recursos públicos devem contribuir para fortalecer políticas estruturantes e ampliar o acesso da população à saúde.
6. Garantir a manutenção do CVCF durante, no mínimo, todo o próximo mandato presidencial, oferecendo previsibilidade ao financiamento complementar destinado ao setor. Caso sejam necessárias mudanças no instrumento, que sejam precedidas de diálogo com as entidades representativas e acompanhadas de garantia de continuidade dos recursos, sem redução da capacidade de atendimento.
7. Fomentar a instalação e o desenvolvimento, em território nacional, de indústrias de insumos e equipamentos médico-hospitalares, por meio de políticas de estímulo à produção, inovação e fortalecimento das cadeias de fornecimento. Ampliar a capacidade produtiva brasileira pode contribuir para a segurança de abastecimento, a redução de vulnerabilidades e a sustentabilidade dos custos do sistema de saúde.

8. Garantir o diálogo para elaboração e implementação de uma linha de cuidado em saúde renal, desde estratégias de prevenção na atenção primária à alta complexidade como as unidades de diálise.

Mais do que reivindicações de um segmento da saúde, essas propostas dizem respeito ao direito à vida, ao acesso universal à saúde e à continuidade do tratamento de milhares de brasileiros. A sustentabilidade da diálise interessa aos pacientes, às famílias, aos profissionais que atuam na assistência e ao próprio Sistema Único de Saúde.

A diálise não pode parar. O financiamento também não.

Por isso, as entidades signatárias, atuando em nome de seus associados, solicitam aos candidatos à Presidência da República que apresentem à sociedade suas propostas para garantir o futuro da terapia renal substitutiva no Brasil. A política de financiamento da diálise e o fortalecimento do SUS devem ser tratados como políticas de Estado, independentemente de quem vencer as eleições.

Respeitosamente,

ASSOCIACAO BRAS DOS
CENTROS DE DIALISE E
TRANSPLA:35812767000108

Assinado de forma digital por
ASSOCIACAO BRAS DOS CENTROS DE
DIALISE E TRANSPLA:35812767000108
Dados: 2026.10.19 13:15:53 -03'00'



Documento assinado digitalmente

JOSE ANDRADE MOURA NETO

Data: 19/10/2026 20:41:34-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Documento assinado digitalmente

AMANDA EUNICE DA LUZ BASTO

Data: 20/10/2026 15:15:38-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ricardo Akel

Presidente da ABCDT

José Moura Neto

Presidente da SBN

Amanda Bastos

Presidente FENAPAR